



SOBRE O CONCEITO DE EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA EM RUY MAURO MARINI¹

Resumo

O artigo analisa o conceito de exército industrial de reserva na teoria proposta por Ruy Mauro Marini em *Dialéctica de la dependencia* (1973) e nos artigos publicados complementarmente pelo autor. A partir da revisita a esses textos, analisa como tal conceito se inseria em seu esquema teórico e explicita quais eram os processos a que ele atribuía especificidade ao mesmo no âmbito da denominada teoria marxista da dependência.

Palavras-Chave: Exército de reserva; Ruy Mauro Marini; dependência

Abstract

The paper analyzes the concept of reserve army of labour in the theory proposed by Ruy Mauro Marini in *Dialéctica de la dependencia* (1973) and in complementary articles published by the author. From revisiting these texts, it analyzes how this concept was inserted in its theoretical scheme and explicits which processes he attributed specificity to it within the so-called Marxist dependency theory.

Keywords: Reserve army of labour; Ruy Mauro Marini; Dependency.

GIL FELIX

Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ Este artigo foi desenvolvido ao longo de um estágio de pesquisa no Centro de Estudios Latinoamericanos de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México (CELA/FCPyS/UNAM), sob supervisão do prof. Adrián Sotelo Valencia, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Agradeço as leituras e comentários de versão desse artigo feitos por ele, Adrián Sotelo, e pelos profs. Ricardo Antunes (Unicamp), Fernando Lourenço (Unicamp) e Mauro Almeida (Unicamp). Agradeço também à profa. Nadya Araujo (USP), que gentilmente me disponibilizou, por e-mail, arquivo digital da sua tese defendida naquela Universidade. O texto que agora apresento é de minha inteira responsabilidade.

1. Introdução

O debate que travaram Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini no final dos anos 1970 caracterizou-se por uma série de desentendimentos e, uma vez abortado por Cardoso, acabou deixando muitos pontos em aberto². Um deles é sobre a natureza e a origem do regime de superexploração do trabalho, que, segundo Marini, caracteriza as formações dependentes.

Em grande parte, Cardoso e Serra (1978) gastaram longo trecho de seu texto em torno do debate do intercâmbio desigual. Em virtude disso, ainda hoje, são comuns revisitas às controvérsias teóricas da questão mais ampla das interpretações marxianas da transferência de valor e da dependência³. Contudo, além dessa questão, a resposta de Marini aos críticos também reafirmou:

[...]la superexplotación del trabajo es acicateada por el intercambio desigual, pero no se deriva de él, sino de la fiebre de ganancia que crea el mercado mundial, y se basa fundamentalmente en la formación de una sobrepoblación relativa. Pero, una vez en marcha un proceso económico sobre la base de la superexplotación, se echa a andar un mecanismo monstruoso, cuya perversidad, lejos de mitigarse, es acentuada al recurrir la economía dependiente al aumento de la productividad, mediante el desarrollo tecnológico. (MARINI, 1978, pp.63-64; grifos meus).

Para Marini, portanto, a superexploração do trabalho é derivada do mercado mundial e, tal como ele afirma categoricamente, *baseia-se na formação de uma superpopulação relativa*. Essa base a que se refere Marini pouco foi analisada e constitui um dos pontos em aberto do debate realizado com Cardoso, Serra e outros⁴. Na falta de maiores sistematizações da relação entre o regime de superexploração do trabalho e a formação de uma superpopulação relativa, muitos entusiastas recorrem a teorizações alheias,

2 Prado (2011), por exemplo, chega a afirmar que teria ocorrido um “não-debate”.

3 Tal como, dentre outros, reanalisaram recentemente Borges Neto (2011) e Amaral & Carcanholo (2012).

4 Amaral & Carcanholo (2008) é uma exceção de abordagem exploratória nesse sentido, voltada fundamentalmente para a explicação da transferência de valor (em AMARAL & CARCANHOLO, 2012, os autores republicaram partes do artigo anterior, acrescentando o que denominaram como uma “quarta forma de superexploração do trabalho”). Antes dele, e paralelamente a Marini, Osorio (1979) também buscou analisar a relação entre superexploração e exército de reserva. Castro (1983), cuja tese foi voltada para a análise do denominado comportamento político do exército de reserva, rememorou, em entrevista recente, influências teóricas diversas, enquanto, com Marini, que foi seu orientador, teria armado o material empírico (GUIMARÃES, 2014, p. 229).

estranhas e por vezes até mesmo contraditórias à proposta de Marini e da teoria marxista da dependência, em especial, quando pretendem dar conta da análise de questões relativas à superpopulação relativa ou exército industrial de reserva nas formações dependentes. Todavia, ainda que não tenha sistematizado as observações a respeito do exército industrial de reserva em um texto específico, Marini assinalou em várias ocasiões sua importância e centralidade para o esquema teórico que propunha, como é o caso do trecho acima e de outros citados nesse artigo, que estão principalmente em *Dialéctica de la dependencia* [1973] e nos seus textos complementares publicados no mesmo período.

Sendo assim, apresento brevemente a teoria de Marini a respeito das formações dependentes e, em seguida, analiso a importância, o papel e a dinâmica desempenhada pelo exército industrial de reserva (EIR) em sua proposta. Como esse conceito insere-se no escopo de uma teoria mais ampla, optei por uma breve exposição de algumas das teses gerais nas páginas seguintes, o que pode tornar a leitura relativamente enfadonha para aqueles que já dominam a teoria do autor, a princípio. É importante frisar também que, dado esse objeto, não se pretende aqui nem “constatar a atualidade” da teoria de Marini e, muito menos, “atualizá-la”, o que seria um outro exercício⁵.

Cabe mencionar, ainda, a opção que fiz a fim de buscar maior fidelidade às categorias utilizadas pelo próprio autor nos textos que serão citados, mesmo que, à primeira vista, possa confundir alguns leitores não especialistas, como foi o caso, por exemplo, da referência às “estruturas pré-capitalistas”⁶. Convém esclarecer aos leitores que Marini refutou enfaticamente a noção de “pré-capitalismo” na América Latina, assim como também foi um crítico ferrenho dos já então denominados mitos do feudalismo, da burguesia nacional e da estrutura dualista das sociedades latino-americanas, em defesa do caráter socialista da revolução continental (Cf., dentre outros, MARINI, 2008; 2008a; 1974; s/d). Contudo, considerando o espaço limitado desse artigo, reservo uma análise mais detida dessa questão para uma próxima oportunidade.

2. Dependência e superexploração do trabalho

A partir de Marx e do marxismo, Marini propôs-se a compreender uma realidade concreta, no caso, as economias latino-americanas

5 Para o leitor especialmente interessado, sugiro consultar a tese que defendi recentemente na Unicamp, em que, dentre outras questões, revisito o conceito de exército de reserva face aos desafios colocados pela acumulação de capital na contemporaneidade (FELIX, 2016).

6 No mesmo sentido, considerando as controvérsias em torno das traduções, também optei, provisoriamente, pela citação da maior parte dos trechos de acordo com os originais publicados em castelhano. Os demais, cuja forma não tem maiores controvérsias, foram traduzidos por mim.

e brasileira, que se caracterizariam pelo fato de que, à raiz das condições de sua formação e desenvolvimento histórico, “agrava[m] até o limite as contradições inerentes à produção capitalista” (MARINI, 1978, p. 102).

Para Marini, a análise do capitalismo na América Latina leva a notar que o que ocorre, na verdade, é o que ele denomina um capitalismo sui generis, “que só tem sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto a nível nacional como, e principalmente, a nível internacional” (MARINI, 2008, p. 108), uma vez que é nas condições colocadas pelo mercado mundial na qual ele se forma e desenvolve historicamente e estruturalmente as principais características que o distinguem. Neste sentido, é o conhecimento da forma particular que tomou o capitalismo latino-americano que permite compreender sua gestação e as tendências que o levaram até esta formação na qual se apresenta, dependente. Os fenômenos pelos quais se distingue nada mais são do que manifestações da maneira particular de como incide, nessa formação, a lei geral da acumulação de capital.

A dependência é entendida como “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (*ibidem*, p. 111). Tal

relação configurou-se a partir da Revolução Industrial, que correspondeu, na América Latina, à independência política de um conjunto de países que começaram a gravitar em torno da Inglaterra, trocando bens primários por manufaturas de consumo e dívidas. É o surgimento da grande indústria que estabelece as bases da divisão internacional do trabalho, em que a América Latina articula-se plenamente com a economia mundial na condição de países exportadores de bens primários e matérias-primas industriais. É, inclusive, essa participação da América Latina que permite deslocar o eixo da acumulação nas economias industriais da produção de mais-valia absoluta para a relativa, isto é, que a acumulação, naqueles países, passasse a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente do sobretrabalho. O efeito dessa oferta mundial de alimentos será o de reduzir o valor da força de trabalho nos países industriais, permitindo que o incremento na produtividade traduza-se em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. A oferta de matérias-primas industriais, por outro lado, contribuiu para que se superasse o aumento relativo do capital constante, aspecto contraditório criado pela acumulação de capital. A América Latina, portanto, estabelece uma dinâmica crucial para esse desenvolvimento industrial das economias centrais do capitalismo, ainda que essa mudança qualitativa daqueles países dê-se de forma a promover o efeito

contrário na periferia do sistema, ou seja, dê-se fundamentalmente com base na superexploração da força de trabalho.

Partindo das condições colocadas pelo mercado mundial e a fim de atender a uma demanda externa, a produção na América Latina não depende de sua capacidade de consumo, havendo, então, uma especificidade do ciclo do capital nessas economias: a separação das esferas da produção e da circulação das mercadorias. Uma vez separadas essas esferas, considerando que o consumo individual do trabalhador não interfere na realização das mercadorias, a tendência é a dilapidação ao máximo da força de trabalho do trabalhador (e não necessariamente a redução do seu valor), assim como a busca pela incorporação e pela reposição de mais trabalhadores no sistema produtivo. É justamente sobre a possibilidade e as condições nas quais ocorre essa incorporação e reposição da força de trabalho que se constitui uma das dinâmicas específicas do EIR nas formações dependentes, aspecto a que voltaremos mais adiante. Sobre isso, Marini sintetiza:

Como la circulación se separa de la producción y se efectúa básicamente en el ámbito del mercado externo, el consumo individual del trabajador no interfiere en la realización del producto, aunque sí determine la cuota de plusvalía. En consecuencia, la tendencia natural del sistema será la de explotar al máximo la fuerza de trabajo del obrero, sin preocuparse de crear las condiciones para que

éste la reponga, siempre y cuando se le pueda reemplazar mediante la incorporación de nuevos brazos al proceso productivo. (*ibidem*, p. 134)

Segundo Marini, essa tendência para “explorar ao máximo a força de trabalho”, no caso, a reprodução de um regime ou sistema de valor dilapidante da força de trabalho do trabalhador (superexploração do trabalho), na produção interna, dá-se basicamente por meio de três mecanismos: aumento da intensidade do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho e redução do consumo do trabalhador para além de seu limite normal, ou transformação do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação de capital. A característica principal desses três mecanismos é o fato de se negar ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho:

[...] en los dos primeros casos, porque se le obliga a un dispendio de fuerza de trabajo superior al que debería proporcionar normalmente, provocándose así su agotamiento prematuro; en el último, porque se le retira incluso la posibilidad de consumir lo estrictamente indispensable para conservar su fuerza de trabajo en estado normal. En términos capitalistas, estos mecanismos (que además se pueden dar, y normalmente se dan, en forma combinada) significan que el trabajo se remunera por debajo de su valor, y corresponden, pues, a una superexplotación del trabajo (*ibidem*, p. 127).

Marini também enfatiza outro aspecto que deve ser considerado na troca comercial entre as economias exportadoras da periferia do sistema e as economias industriais, que é a queda relativa dos preços de alimentos e matérias-primas em relação aos preços das manufaturas e, portanto, ao intercâmbio desigual que caracteriza o comércio internacional. Essa queda relativa dos preços constitui-se por mecanismos de transferência de valor dados por maior produtividade e/ou pelo monopólio de produção de determinadas economias em relação a outras. As nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscariam corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas recorrendo a um aumento da capacidade produtiva do trabalho, mas sim à superexploração do trabalho, ou seja, recorrendo a um mecanismo de compensação na esfera da produção, que se trata do incremento da massa de valor produzida pelos trabalhadores. Porém, tal como já dito, é a própria integração ao mercado mundial que dá as condições para que os mecanismos de superexploração do trabalho sejam utilizados por parte dos capitalistas na formação dependente. A esse respeito, Marini afirma:

Por otra parte, no es en rigor necesario que exista el intercambio desigual para que empiecen a jugar los mecanismos de extracción de plusvalía mencionados [superexplotación del trabajo]; el simple hecho de la vinculación al mercado mundial, y la consiguiente conversión de la produc-

ción de valores de uso a la de valores de cambio que ello acarrea, tiene como resultado inmediato desatar un afán de ganancia que se vuelve tanto más desenfrenado cuanto más atrasado es el modo de producción existente. [...] El efecto del intercambio desigual es – en la medida que le pone obstáculos a su plena satisfacción – el de exacerbar ese afán de ganancia y agudizar por tanto los métodos de extracción del trabajo excedente. (*ibidem*, pp. 125-126)

A partir de uma produção baseada na superexploração do trabalho e voltada para a exportação e de um consumo individual dos capitalistas, realizado por meio de um comércio de importação, a economia dependente exportadora dá origem a uma estratificação do mercado interno que se estrutura em duas esferas de circulação: a esfera “alta” (dos não trabalhadores, do consumo baseado na mais-valia não acumulada) e a esfera “baixa” (dos trabalhadores, do consumo baseado no salário). A expectativa de consumo das camadas remuneradas pela mais-valia não acumulada não tem contrapartida na produção interna, que é voltada para o mercado mundial, e, portanto, tem que se satisfazer com importações. Por outro lado, a produção funda-se na superexploração do trabalho e não estabelece uma camada de trabalhadores cujo consumo influencie na demanda interna.

Essas contradições da economia exportadora são fundantes dos problemas e tendências que se observam no momento em que parte dos

países da América Latina industrializam-se e o sistema capitalista mundial atinge outro patamar de desenvolvimento. Ao contrário de se corrigir ou de terem amenizadas as diferenças das formações latino-americanas frente às antigas economias industriais, como previam as ideologias desenvolvimentistas, o que ocorre após os anos 1930 é o recrudescimento dessas contradições, ainda que em um outro nível, mais complexo.

Nas formações capitalistas clássicas, a acumulação de capital e a formação do mercado interno se complementam; o capital cria o assalariado e também, ao mesmo tempo, o consumidor. A ligação entre a esfera alta e baixa de consumo distende-se, mas não se rompe, uma vez que a esfera alta é uma consequência da transformação das condições de produção (estende-se na medida em que aumenta a produtividade do trabalho). Todavia, os bens suntuários convertem-se em produtos de consumo popular no interior da economia industrial. Já a industrialização latino-americana configura-se em bases diferentes. Primeiro, porque se estabelece a partir de uma demanda preexistente e se dá quando fatores externos fecham o acesso da esfera alta de consumo e circulação ao comércio de importação. Nasce para suprir esta demanda preexistente e não se estrutura a fim de incorporar, como consumidores, as camadas trabalhadoras; pelo contrário, é independente delas e mantém as condições de superexploração que

caracterizavam a produção da economia exportadora. Ela, portanto, não cria a própria demanda e estrutura-se em função dos requerimentos de mercado precedentes dos países avançados. A separação entre as esferas alta e baixa de consumo transferem-se para o interior da própria economia, mas sem os fatores que atuam nas economias clássicas, e com um caráter muito mais radical.

À medida que avançou a industrialização na América Latina, mudaram as características das importações, que deixam de ser bens de consumo para se consolidarem em matérias-primas, produtos semielaborados e máquinas destinadas à indústria, assim como adquirem especial importância a importação de capital estrangeiro sob a forma de financiamento e investimentos diretos na indústria. Após a crise mundial, há uma nova conjuntura no pós-II Guerra, que se caracteriza por: a) concentração e centralização do capital em grandes corporações que buscam aplicação de capital no exterior; b) fluxo de capital que se dirige principalmente para o setor industrial; c) interesse das economias centrais na industrialização da periferia, com o propósito de criar mercado para a indústria pesada, por conta do grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais; d) necessidade de exportar para a periferia equipamentos e maquinaria que se tornavam obsoletos e que assim ficavam cada vez mais rápido. Há, nesse sentido, uma nova

divisão internacional do trabalho, na qual há transferência das etapas inferiores da produção industrial para a periferia, reservando aos centros imperialistas as etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia correspondente (produção de computadores e indústria eletrônica pesada em geral, novas fontes de energia, como a nuclear, etc.). Ou seja, como descreve Marini, o momento em que as economias industriais dependentes crescem e voltam-se ao exterior para buscar tecnologias que deem conta desse crescimento, incrementando sua produtividade, é o mesmo momento em que, nos países centrais, formam-se importantes fluxos de capital que se dirigem até elas com tal instrumental tecnológico. Porém, como o progresso e a difusão técnica dão-se nas condições de produção industrial das economias dependentes, quer dizer, na produção de bens que não são consumidos pelos trabalhadores e com compensada exploração intensiva e extensiva da força de trabalho, é possível a reprodução de um fenômeno peculiar a essas formações, que é o aumento da produtividade, sem alteração da taxa de mais-valia, já que esse aumento não significa necessariamente redução do valor da força de trabalho.

Além disso, afirma Marini, o desenvolvimento tecnológico concentra-se nos ramos produtores de bens suntuários e há transferência de renda das camadas da esfera baixa para a alta de circulação, aliados a investimentos e

financiamentos do Estado para estimular o consumo suntuário. Ao contrário de se aproximarem, as duas esferas afastam-se mais e, inclusive, dão origem a uma estratificação industrial no interior da economia dependente, entre indústrias “dinâmicas” (produtoras de bens suntuários e bens de capital que se destinam a elas) e indústrias “tradicionais” (orientadas ao consumo de massas). Enquanto as primeiras crescem a taxas elevadas, as outras tendem ao estancamento e até à regressão. A produção baseada na superexploração do trabalho, mais uma vez, estabelece o modo de circulação que lhe corresponde, ao mesmo tempo em que divorcia o aparato produtivo das necessidades de consumo das massas. A estrutura de circulação adequa-se à estrutura de produção própria do capitalismo dependente, o que se reflete na estratificação do aparato produtivo.

A partir dos anos 1960, dadas as restrições do mercado interno, há uma nova expansão, mas, agora, voltada ao mercado externo. Isso faz com que haja mais uma reaproximação do modelo da velha economia exportadora latino-americana, ainda que, nesse momento, com exportação de manufaturas, tanto de bens essenciais, quanto de bens suntuários:

[...] no pudiendo extender a los trabajadores la creación de demanda por los bienes suntuarios, y orientándose antes hacia la compresión salarial que los excluye de facto de ese tipo de consumo, la economía industrial dependiente no sólo ha debido contar con un inmenso ejército de reserva, sino que ha obligado a los capitalistas y capas medias a restringir la realización de las mercancías de lujo. Ello plantearía a partir de cierto momento (que se define nítidamente a mediados de la década de 1960), la necesidad de expandirse hacia el exterior, es decir, de desdoblarse nuevamente – aunque ahora a partir de la base industrial – el ciclo de capital, para centrar parcialmente la circulación *sobre el mercado mundial*. La exportación de manufacturas, tanto de bienes esenciales como de productos suntuarios, se ha convertido entonces en la tabla de salvación de una economía incapaz de superar los factores disruptivos que la afligen. (*ibidem*, p.148; grifos do autor).

Nesse sentido, conclui Marini, o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho. É a superexploração o fenômeno que fundamenta a formação da economia exportadora e, depois, determina o desenvolvimento da economia industrial dependente nas suas diversas fases e na sua expansão produtiva. E a base da superexploração do trabalho é, como afirma Marini, um “imenso exército industrial de reserva”, que caracteriza as formações sociais dependentes e as singulariza frente a outras formações. É, assim, sobre este exército industrial de reserva, doravante adjetivado “ampliado” por mim, base

da superexploração da força de trabalho, ou seja, sobre um EIR que se forma e se reproduz socialmente com determinadas especificidades colocadas pela formação social dependente que cabe agora discorrer.

3. Acumulação de capital e EIR (em geral e na formação social dependente)

O conceito de EIR ou superpopulação relativa foi formulado por Marx, no Livro I de *O Capital*, para dar conta de um fenômeno que está diretamente relacionado à acumulação de capital⁷. Marini desenvolve e analisa as formas que

7 Marx trata os dois termos como sinônimos em *O Capital* [1867], texto em que os conceitua, revisa e publica originalmente. Há, contudo, atualmente, debates a respeito (1) da origem e da história da elaboração do conceito, (2) da origem da expressão que ele utiliza para nominar esse conceito e, no caso do leitor lusófono, (3) da melhor tradução para o português. Nos Grundrisse [1857], Marx utiliza apenas a denominação “superpopulação” e faz menção a outros modos de produção específicos que não o capitalista. Em *O Capital*, ele utiliza “EIR” ou “superpopulação relativa” para designar um fenômeno do capitalismo, em especial. Para alguns, porém, a melhor tradução para o português do alemão “industriellenReservearmee” que Marx utilizou no original de 1867 seria “exército de reserva industrial” e não “exército industrial de reserva” (que é a forma que foi utilizada nas publicações brasileiras até então disponíveis das editoras Civilização Brasileira, Abril e Boitempo). Na primeira edição francesa, corrigida por Marx [1872-75], foram utilizados tanto o francês “armée industrielle de réserve” quanto o “armée de réserve industrielle”. Além disso, antes de Marx, em 1845, Engels (2010) descreve a situação de um “exército” ou “reserva” de trabalhadores desempregados na Inglaterra. Atualmente, conforme se descobriu em outros manuscritos não publicados por Marx, é possível observar que ele também já lidava com a questão desde 1847. Ambos, porém, teriam retirado os termos (exército de reserva) e se inspirado em metáforas criadas no seio do próprio movimento operário da época. Marini utilizou a forma que aqui abreviei na sigla EIR. Em seus principais textos, publicados em castelhano, ele cita referências da tradução de *O Capital* da editora Fondo de Cultura Económica e das edições francesas dos textos de Marx sob a direção de Maximilien Rubel.

assume o EIR em uma determinada situação concreta específica, isto é, nas formações sociais dependentes. Antes de enumerar essas características específicas, cabe, portanto, explicar como se forma e se reproduz socialmente o EIR de maneira geral.

No capítulo 23 de *O Capital, A lei geral da acumulação capitalista*, Marx examina “a influência que o aumento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora” (MARX, 2013, p. 689). Seu fator mais importante é a composição do capital e as variações que ela sofre ao longo do processo de acumulação. Marx demonstra, nesse sentido, que há uma diminuição relativa do capital variável (parte que se refere ao valor da força de trabalho) na composição do capital à medida que avançam a acumulação e a concentração que a acompanha. Ou seja, o progresso da acumulação de capital diminui relativamente seu componente variável enquanto aumenta o componente constante, isto é, o valor dos meios de produção consumidos, ainda que haja aumento da grandeza absoluta do capital variável. Quanto maior a acumulação, quanto maior o desenvolvimento da produtividade do trabalho social, maior a mudança na composição do capital, com maior importância da sua parte constante em detrimento da sua parte variável. É como se pudéssemos calcular essa composição, em um dado momento, consolidada em 50% cada e, num segundo momento, com a acumulação do capital, em 70% de

capital constante e 30% de variável, depois 80% e 20% e assim por diante. Com isso, em termos de valor, Marx refere-se à tendência de aumento da composição orgânica do capital (COC) ao longo do tempo, sendo que o aumento da COC faz com que se empregue, relativamente, cada vez menos força de trabalho face aos meios de produção.

Por sua vez, maior acumulação significa também mais capitalistas, quer dizer, o crescimento do capital social reflete-se no crescimento de muitos capitais individuais e, com o crescimento destes, a concentração dos meios de produção, formação de novos capitais e reprodução em escala ampliada. Junto à acumulação e à concentração que a acompanha, Marx também se refere a outro processo, o de centralização do capital, que é a conversão dos capitais menores em capitais maiores, a supressão de suas independências individuais e a sua fusão em unidades maiores, o reagrupamento quantitativo, portanto, dos componentes do capital social. Tanto o capital adicional, formado no decorrer da acumulação, quanto o velho capital, que reproduz a cada momento uma nova composição, ocupam, relativamente, menos trabalhadores. O primeiro por atrair cada vez menos trabalhadores, proporcionalmente ao seu volume; o segundo por repelir cada vez mais trabalhadores, a cada novo período de acumulação.

A acumulação capitalista produz constantemente, assim, uma parcela da população trabalhadora que se torna supérflua em relação ao capital, isto é, relativamente excessiva, excedente para as necessidades de valorização do capital. Marx a denomina EIR ou superpopulação relativa. Segundo Marx, cada modo de produção particular na história tem suas leis de população particulares, válidas historicamente, e, no caso do capitalismo, a verificação de uma população excedente é tanto um produto necessário da acumulação de capital, quanto uma alavanca dessa acumulação e “[...] até mesmo uma condição de existência do modo de produção capitalista” (*ibidem*, p. 707). Ela fornece, a suas necessidades variáveis de valorização, o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites naturais do aumento populacional.

Sendo determinado pela acumulação de capital, um produto dela, quanto maior seu crescimento e maior a riqueza produzida, maior o EIR em todas as suas camadas, incluído o pauperismo. Mais riqueza, mais miséria; eis a “lei geral, absoluta, da acumulação capitalista”, segundo Marx (*ibidem*, p. 720).

E, se é o capital que tem controle sobre a oferta de força de trabalho, criando, com o aumento da COC, uma população trabalhadora sempre disponível, que independe do crescimento natural da classe trabalhadora, é ele também que

controla a demanda da força de trabalho, que se dá de acordo com o próprio ritmo da acumulação de capital. É a amplitude da acumulação de capital que faz fileiras do EIR serem recrutadas quando a acumulação de capital aumenta e engrossarem quando ela diminui. Essas fileiras acompanham as oscilações do mercado de força de trabalho e, por sua vez, os movimentos da acumulação de capital nas suas fases média, de produção a todo vapor ou de crise e estagnação, cada qual com maior ou menor absorção do EIR. Trata-se de um jogo de “dados viciados”, conclui Marx, pois o despotismo do capital é completo: institui-se tanto na oferta de trabalho, quanto na sua demanda.

A produção e a existência de uma superpopulação relativa disciplina regimes e dinâmicas de trabalho do exército ativo de trabalhadores, seja no sentido do capitalista exigir a intensificação e/ou a extensão do seu trabalho, seja no sentido de impor o preço da força de trabalho, o salário, ou outros ditames do capital. Por outro lado, afirma Marx, dada a concorrência, o sobretrabalho que é exigido da parte ocupada da classe trabalhadora termina por engrossar as fileiras do EIR – sendo, aqui, “sobretrabalho” a forma como se traduziu, recentemente, *overwork* e *Überarbeit* do texto de Marx.

No caso da economia dependente, é a existência do EIR que sustenta o regime de superexploração da força de trabalho, assim como, ao mesmo

tempo, a existência deste regime estabelece a formação de um EIR ampliado. A superexploração do trabalho caracteriza-se, como já dito, pela intensificação do trabalho, pelo prolongamento da jornada de trabalho e pelo vilipêndio do fundo de consumo do trabalhador, quer dizer, pela dilapidação da força de trabalho do exército ativo de trabalhadores. A existência de um “imenso EIR”, como afirma Marini, é a base desse regime, na medida em que dá as condições para a imposição do mesmo ao conjunto da classe trabalhadora numa formação social dependente. Por outro lado, dadas as singularidades desse regime, ao exigi-lo do exército ativo de trabalhadores, forma-se e reproduz-se um EIR nas enormes proporções e com as características que se apresenta na periferia capitalista. A seguir, enumerarei os processos que levam à produção desse EIR ampliado nas formações sociais dependentes.

a) papel do capital estrangeiro

Em *El ciclo del capital em la economia dependiente* [1979], Marini demonstra de que maneiras manifesta-se a dependência em relação ao exterior nas economias dependentes e o caráter que assume a produção interna a partir disso. Para tanto, ele analisa as três fases do ciclo do capital: circulação, produção e circulação novamente, sintetizados na fórmula $D - M \dots P \dots M' - D'$. Na primeira fase de circulação, o capital dinheiro toma a forma de mercadorias (meios

de produção e força de trabalho). Na economia dependente, esse capital dinheiro tem três fontes: o capital privado interno, o investimento público (Estado) e o capital estrangeiro. Destas, assumem grande importância o Estado e o capital estrangeiro. Interessa-nos aqui, principalmente, o capital estrangeiro, que se apresenta sob duas formas: como investimento direto (forma que era predominante na América Latina até a década de 1960) e como investimento indireto, que é quando o capital estrangeiro põe-se à disposição dos capitalistas internos (nacionais e estrangeiros) sob a forma de empréstimos ou financiamentos – maneira pela qual ele deixa de assumir os riscos da produção e da realização dessa mais-valia. É importante frisar que o capital estrangeiro move-se tanto no sentido de entrada na economia dependente, quanto no de saída, na forma de transferências de mais-valia para o exterior. Na medida em que se incorpora nessa fase, o capital estrangeiro, fator externo à economia dependente e totalmente fora de seu controle, internaliza-se e constitui-se como um fator direto do ciclo de capital, do qual dependem o processo de acumulação e produção e o restante do ciclo.

Importa destacar que essa economia depende do fluxo externo de capital, assim como também depende, para completar a primeira fase de circulação, de meios de produção adquiridos no exterior, o que faz com que o ciclo de capital seja, como afirma Marini, duplamente

articulado e duplamente dependente do exterior. Parte dos meios de produção vem do exterior, particularmente equipamentos e maquinaria. Isso ocorre em qualquer economia, porém, na economia dependente, ganha um contorno especial, uma vez que sua industrialização não é “orgânica”, quer dizer, a indústria de bens de consumo não obriga e não tem como consequência o desenvolvimento da indústria de bens de capital. Segundo Marini, a economia dependente não conta com um setor dinâmico de bens de capital, os quais têm origem, em boa parte, no setor de bens de capital dos países avançados, adquiridos, portanto, do exterior, via mercado mundial. E essa dependência não é apenas dos equipamentos, mas também do conhecimento necessário para operá-los e, quando é o caso, da tecnologia para fabricá-los.

Dentre outras consequências, a inserção dessa maquinaria e dessa tecnologia, desenvolvidas para uma economia formada sobre outro padrão de produção e produtividade, leva a uma rápida expansão do EIR na economia dependente. As novas técnicas de produção inseridas são construídas em contextos no qual há busca por maior produtividade da força de trabalho e redução do número de trabalhadores empregados.

A segunda fase do ciclo, de acumulação e produção, desenvolve-se a partir da primeira: as empresas estrangeiras ou associadas, com

acesso a uma tecnologia mais avançada, operam com meios de produção que lhes garante supremacia em relação às empresas nacionais, obtendo uma mais-valia extraordinária e concentrando cada vez mais do que se investe na economia dependente. As empresas médias e pequenas, que operam em condições médias de produção (ou abaixo disso) e transferem parte da mais-valia para as empresas monopólicas, reagem a essa situação recompondo sua taxa de lucro através da elevação da taxa de mais-valia, obtida a custo da extração de mais trabalho não remunerado de seus trabalhadores e sem variação significativa na produtividade, ou seja, através de mecanismos da superexploração do trabalho. Por sua vez, os capitais monopólicos também se encarregam de empregar trabalhadores com remuneração similar à das demais empresas, com salários inferiores ao valor da força de trabalho, e completa-se, nesse sentido, um círculo vicioso.

A produção, portanto, é realizada em condições de superexploração do trabalho e com base na rápida criação e expansão de um EIR que cresce a partir de características inerentes ao ciclo do capital na economia dependente, em especial, como já dito, a partir da forma com que incide o investimento estrangeiro. *A superexploração do trabalho, por um lado, comprime o exército ativo e faz com que ele cresça lentamente, exigindo mais trabalho da parte ocupada da classe trabalhadora. Por outro lado, o capital estrangeiro, do qual*

depende o ciclo do capital desde o início, promove a inserção de tecnologias e maquinaria “enxutas em mão de obra”, formando, por esses dois fatores, um EIR ampliado. Na economia dependente, o aumento da produtividade expande de forma radical o EIR. Aqui, como em todos os demais aspectos, a formação dependente revela mais uma vez sua peculiaridade que, tal como descreve Marini, “corresponde à agudização até o limite das condições inerentes ao modo de produção capitalista” (MARINI, 1979, p. 53; grifos do autor).

Marini resume:

En la economía dependiente, ese ejército de reserva tiende a crecer desde el momento en que se introducen (principalmente a través del capital extranjero, como ya vimos) nuevas técnicas de producción, diseñadas para economías donde la mano de obra es relativamente escasa y que obedecen, por lo demás, a la búsqueda natural de una mayor productividad y, por ende, de más producción por hombre-hora. Vimos también que a esa introducción de tecnología corresponde la agilización de formas de superexplotación que implican también arrancar más producción a los obreros ya en funciones. Se reduce en consecuencia la capacidad del capital para emplear más mano de obra, haciendo que el ejército obrero activo crezca a un ritmo lento, lo que resulta como contrapartida en expansión rápida del ejército de reserva. (*ibidem*, p. 50)

b) aumento da produtividade

Como foi dito acima, o aumento de produtividade nas economias dependentes corresponde a uma expansão radical do EIR. E, cabe mencionar, o aumento de produtividade não é incongruente com o regime de superexploração do trabalho, que, devido às características descritas anteriormente, obstaculiza a passagem da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa enquanto forma hegemônica de extração de mais-valia nas formações dependentes. Ao contrário do que ocorreu no desenvolvimento histórico do capitalismo clássico nos países avançados, a produção de mais-valia relativa não se converteu dominante nas relações entre capital e trabalho nas formações dependentes, considerando que a superexploração do trabalho, fundamento da dependência, é o regime predominante. Como já se descreveu, o aumento da produtividade na produção realizada na economia dependente não visa uma produção de mais-valia baseada no rebaixamento do valor da força de trabalho, mas sim no aumento da massa de valor produzida, uma vez que essa produção volta-se para artigos que não entram, ou entram muito escassamente, no consumo individual dos trabalhadores, os quais, por outro lado, estão sujeitos a um regime que preza pela intensificação do trabalho, pelo aumento da jornada de trabalho e pelo rebaixamento indefinido dos salários.

Não há e nem houve, como muito já se debateu a respeito da teoria formulada por Marini (2008; 2008a), ausência de aumento da produtividade na economia dependente, ainda que, nesse sentido, tal aumento de produtividade desenvolvesse em condições de superexploração do trabalho, ou seja, não se confunde necessariamente com produção de mais-valia relativa, que é o que ocorre nos países avançados, no mínimo, desde o grande período da Revolução Industrial na Inglaterra (considerando que, junto às transformações técnicas do sistema produtivo, os trabalhadores foram paulatinamente incorporados no consumo dos bens produzidos pelas fábricas da grande indústria).

Nesse sentido, em *Dialéctica de la dependência* [2008; 2008a] Marini faz questão de diferenciar os conceitos de produtividade e de mais-valia relativa. Ele explica que uma maior capacidade produtiva do trabalho não significa, necessariamente, aumento da mais-valia relativa, ainda que seja uma condição primordial para que ela ocorra. Ao aumentar a produtividade, o trabalhador cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor. O capitalista, com isso, consegue rebaixar o valor individual das suas mercadorias em relação ao seu valor social, isto é, ao que se atribui devido às condições gerais da produção, e consegue assim uma mais-valia superior aos demais capitalistas, uma mais-valia extraordinária. A busca pela apropriação dessa mais-valia, de um lucro extraordinário, é, na verdade, o que move o capitalista. Mas

isso não modifica a taxa de mais-valia, o grau de exploração do trabalho na economia, o que apenas ocorre se houver mudança na relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário a favor do capitalista, ou seja, se reduzir o tempo em que o trabalhador reproduz o valor de sua força de trabalho. E, para que o valor da força de trabalho seja rebaixado, é preciso que a desvalorização das mercadorias produzidas incida sobre aquelas que compõem o conjunto dos bens necessários para a reprodução da força de trabalho, os bens-salário. Apenas quando se rebaixa o valor dos bens-salário há mudança da taxa de mais-valia e, portanto, produção de mais-valia relativa. Sendo assim, o aumento da produtividade provoca essa desvalorização dos bens-salário, mas isso não ocorre necessariamente. E é justamente isso o que faz com que, nas economias dependentes, por exemplo, haja a produção de mais-valia extraordinária e, nesse sentido, aumento da intensidade e da produtividade do trabalho, sem que haja, predominantemente, produção de mais-valia relativa. Marini, em conclusão, escreve que esse é o problema de fundo que a teoria marxista da dependência está urgida a enfrentar, isto é:

[...] el hecho de que las condiciones creadas por la superexplotación del trabajo en la economía capitalista dependiente tienden a obstaculizar su tránsito desde la producción de plusvalía absoluta a la de plusvalía relativa, en tanto que forma dominante en las relaciones entre capital y el trabajo. La gravitación desproporcionada

que assume en el sistema dependiente la plusvalía extraordinaria es un resultado de esto y corresponde a la expansión del ejército de reserva y al estrangulamiento relativo de la capacidad de realización de la producción. Más que meros accidentes en el curso del desarrollo dependiente o elementos del orden de la transición, estos fenómenos son manifestaciones de la manera particular de cómo incide en la economía dependiente la ley general de la acumulación de capital. En última instancia, es de nuevo a la superexplotación del trabajo que tenemos que referirnos para analizarlos. (MARINI, 2008a, p. 163)

A dificuldade para se generalizar a mais-valia relativa não significa ausência de incremento na produtividade do trabalho nas economias dependentes. E, como verificado no processo de industrialização de alguns desses países, muito pelo contrário. Tal como descrito por Marini (2008a), o aumento de produtividade conjuga-se com a superexploração do trabalho e é, inclusive, possibilitada por ele, na medida em que a produção capitalista não suprime os mecanismos de maior dilapidação da força de trabalho do trabalhador, mas, pelo contrário, acentua-os, sempre que alcança uma forma de produzir mais em menos tempo, ou no mesmo tempo que antes. Há uma estreita interdependência entre o aumento da produtividade, a intensificação do trabalho e a duração da jornada, cada qual possibilitando o incremento do outro.

Por sua vez, o aumento da capacidade produtiva do trabalho é, como já descrevia Marx,

expansão do EIR, uma vez que esse aumento implica na redução da parte relativa à força de trabalho na composição do capital. Nas condições da formação social dependente, tal tendência agrava-se ao limite, pois o aumento da produtividade desenvolve-se em meio a um regime de superexploração do trabalho, exigindo mais trabalho do exército ativo de trabalhadores ao mesmo tempo em que expulsa os trabalhadores tornados supérfluos. O aumento da COC, quando é o caso, expressa maior dilapidação da força de trabalho do exército ativo dos trabalhadores (intensificação, aumento da jornada) e não, necessariamente, incorporação de mais força de trabalho em termos absolutos.

São essas conclusões a respeito do aumento da produtividade nas economias dependentes que permitem a Marini fazer a crítica das teorias da marginalidade, então em voga nos anos 1970, em especial das teses de José Nun e de Aníbal Quijano. A produção e a reprodução de um EIR ampliado devem-se, principalmente, ao modo com que incide o aumento da produtividade nas economias dependentes, que, como analisa Marini, dá-se de forma a acentuar a superexploração da força de trabalho, e não o contrário. É nesse sentido que se deve compreender a enorme dimensão que toma o EIR nestas formações, quer dizer, é dessa maneira que se expressa a lei geral da acumulação capitalista nas sociedades latino-americanas.

El primero [punto] es fundamental [la producción capitalista, al desarrollar la fuerza productiva del trabajo, no suprime sino acentúa la mayor explotación del trabajador], si se quiere entender como actúa la ley general de la acumulación capitalista, o sea, por que se produce la polarización creciente de la riqueza y la miseria en el seno de las sociedades en que ella opera. Es en esta perspectiva, y solamente en ella, como los estudios sobre la llamada marginalidad social pueden ser incorporados a la teoría marxista de la dependencia; dicho de otra manera, sólo así ésta podrá resolver teóricamente el problema planteado por el crecimiento de la superpoblación relativa con las características extremadas que presenta en las sociedades dependientes, sin caer en el eclecticismo de José Nun, que el mismo Cardoso criticó con tanta razón, ni tampoco en el esquema de Aníbal Quijano, que, independientemente de sus méritos, conduce a la identificación de un polo marginal en esas sociedades que no guarda relación con la manera como allí se polarizan las contradicciones de clase. (*ibidem*, p. 159)

O “ecletismo de Nun” que, como escreve Marini, teria sido criticado por Fernando Henrique Cardoso “com tanta razão”, caracteriza-se por uma teoria funcionalista a respeito do papel desempenhado por determinados grupos populacionais face aos sistemas de produção. Não se refere a uma teoria da acumulação, tal como expressava Marx, em *O Capital*, na construção da noção de EIR, o que faz com que o que Nun (2001) denomina “massa marginal” seja um conceito que não se insere numa asserção marxiana

ou marxista da realidade social latino-americana⁸. Para Marini, a teoria da marginalidade social apenas faria sentido caso estivesse relacionada com a forma na qual se desenvolve a acumulação nas sociedades dependentes, isto é, estivesse, por exemplo, relacionada aos processos que levam ao aumento da força produtiva do trabalho e à formação de um EIR específico nessas sociedades. Conclui Marini:

[...] según el grado de desarrollo de las economías nacionales que integran el sistema, y del que se verifica en los sectores que componen cada una de ellas, la mayor o menor incidencia de las formas de explotación y la configuración específica que ellas asumen modifican cualitativamente la manera como allí inciden las leyes de movimiento del sistema, y en particular la ley general de la acumulación de capital. Es por esta razón que la llamada marginalidad social no puede ser tratada independientemente del modo como se entrelazan en las economías dependientes el aumento de la productividad del trabajo, que se deriva de la importación de tecnología, y la mayor explotación del trabajador, que ese aumento de la productividad hace posible. No por otra razón la marginalidad sólo adquiere su plena expresión en los países latinoamericanos al desarrollarse en estos la economía industrial. (*ibidem*, p. 162)

8 Conclui Cardoso sobre a tese de Nun: “Metodológicamente el concepto de ‘masa marginal’ no se inserta en el mismo universo de discurso del concepto de ejército de reserva, se refiere a una teoría de la funcionalidad de las poblaciones con respecto a los sistemas de producción y no a la teoría de la acumulación. Además de esto, asume, en el plano epistemológico, la connotación de un concepto heurístico y operacional y no el de una contradicción necesaria” (CARDOSO, 2001, p. 180).

c) *acentuação do processo de concentração e centralização do capital*

É necessário examinar ainda mais detidamente os efeitos provocados pelo investimento chamado “estrangeiro” na teoria marxista da dependência. É a partir dele que, em grande parte, industrializam-se os principais países latino-americanos, em especial, após os anos 1940, como já frisei anteriormente. Em *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* [1977], Marini chama a atenção para a acentuação do processo de concentração e centralização do capital que ele acarreta, o que, via de regra, acontece sempre; porém, dadas as condições da economia dependente, acaba assumindo proporções muito maiores.

[...] esto [proceso de concentración y centralización del capital] acompaña la ampliación de escala de la acumulación capitalista, siendo un fenómeno natural; sin embargo, por las condiciones económicas de los países avanzados, en que son mayores los niveles tecnológicos y de capital mínimo exigido para la puesta en marcha de la producción, la inversión extranjera, al incidir en una economía más atrasada, provoca de golpe una fuerte concentración del capital y conduce prontamente a la centralización. (MARINI, 1977, p. 26)

No artigo em questão, Marini (1977) cita exemplos, como era o caso do Chile, onde, em 1968, cerca de 3% da indústria manufatureira controlava 44% da ocupação, 58% do capital e 52% da

mais-valia gerada no total da indústria. Tais processos teriam formado um grande capital extremamente superior frente ao conjunto da classe capitalista. E, junto com eles, uma industrialização com baixa criação de empregos que, somados a fenômenos estruturais das formações sociais latino-americanas, criou um EIR de enormes proporções. Houve, nesse sentido, um grande desencontro entre a procura e a oferta de empregos:

Se ha asistido a un doble proceso: por un lado, las formas de tenencia de la tierra y la introducción de innovaciones tecnológicas en el agro, así como las expectativas de empleo y salario provocadas por la industria manufacturera, han generado fuertes movimientos de migraciones internas y un proceso acelerado de urbanización. Por otra parte, en buena medida por la elevación del nivel tecnológico, aunque también por limitaciones de la tasa de inversión, la masa trabajadora se ha enfrentado a crecientes dificultades para encontrar trabajo. (*ibidem*, p. 27)

Marini (*ibidem*) também cita exemplos, neste caso, da Venezuela, que, em rápida industrialização no pós-Guerra, assistiu à taxa de desocupação no anos 1950 dobrar, de 6,2% para 13,7% em 1960. Cita ainda que, segundo a OIT, o denominado “desemprego disfarçado”, ou

subemprego, nas zonas urbanas da América Latina atingiria 30 a 40% da força de trabalho⁹.

d) absorção das estruturas pré-capitalistas

Outro fator relevante na formação de um EIR ampliado é o processo de absorção das estruturas pré-capitalistas, que Marini qualifica como um “processo lento” nas formações dependentes. Em *Estado y crisis en Brasil* [1977], Marini comenta sobre os aspectos que fazem com que haja uma debilidade da burguesia latino-americana frente ao Estado, dividida num conjunto de classes e frações de classes presentes nas formações sociais dependentes. Ao fazer esses comentários neste artigo, Marini afirma que “ainda que articuladas e integradas sob a dominação do modo de produção capitalista, as estruturas pré-capitalistas são objeto de um processo lento de absorção” (MARINI, 1977a, p.76).

Este processo foi mais evidente ao longo da industrialização latino-americana, em todas as suas contradições, sendo um dos fenômenos mais gritantes o já mencionado desencontro entre as massas que buscaram os empregos na indústria das cidades e a inexpressiva oferta dos mesmos, aliada aos baixos salários que foram oferecidos. O resultado desse processo foi a tão conhecida formação urbana latino-americana constituída por enormes bolsões de miseráveis, imensas periferias e aglomerações com baixa ou nenhuma estrutura de serviços básicos como iluminação, saneamento, assistência à saúde,

transporte, limpeza, etc. Junto à expectativa de empregos e salários, Marini cita outros fatores que levaram à migração campo-cidade e à acelerada e precária urbanização nos países dependentes, em especial, as formas de propriedade da terra, a ausência de uma reforma agrária e a introdução de novas tecnologias na agricultura¹⁰. Em *Elementos para un balance histórico de treinta años de izquierda revolucionaria en América Latina* [1989], ele afirma:

Por otro lado, esa industrialización, más o menos acelerada, que se hace en los cincuenta, en vez de resolver los problemas de empleo y de salario, en la medida en que se efectúa sin las reformas necesarias —sobre todo sin la reforma agraria—, va a determinar que frente a un cuerpo estancado haya un crecimiento del proceso de acumulación muy rápido en la ciudad, lo que conlleva una sobrepoblación creciente. En la medida en que no se reforma el campo, la tierra está monopolizada y el campesino no puede trabajarla bien, alcanzado solo una productividad muy baja, y eso lleva a impulsar las migraciones a las ciudades

9 No caso do Brasil, os conceitos utilizados no Censo encobrem uma importante porção do EIR sob a forma de desemprego disfarçado, assim como, por exemplo, excluem as mulheres ocupadas no lar como “inativas”, como o autor também indica em texto do mesmo período: “Todo ello lleva a suponer que el desempleo en Brasil, en términos relativos y absolutos, es muy superior a lo que indican las cifras del desempleo abierto” (MARINI, 1978, p.86).

10 Em virtude disso, antes, ele já enfatizara o caráter socialista que toma a reforma agrária na luta de classes latino-americana frente aos interesses congruentes entre a burguesia agrária e as demais frações burguesas (MARINI, 1976). No caso do Brasil, inclusive, tal análise seria fundamental para caracterizar o golpe de 1964 em textos cujas primeiras versões remontam a 1965 (MARINI, 1974).

a gran escala. De esta forma, vamos a ver en los cincuenta el crecimiento rápido de las ciudades, simultáneamente con el aumento del desempleo y del subempleo y, por eso mismo, con la construcción de un enorme ejército industrial de reserva. Todo ello genera una presión para que los salarios en la industria se mantengan bajos. Así las cosas, en este tipo de desarrollo no están solucionados, como esperaba la CEPAL, los problemas del campo ni de los trabajadores urbanos. (MARINI, 2012, pp. 197-198)

Na medida em que não existem reformas básicas e não se oferecem empregos suficientes nas cidades, o “processo de absorção das estruturas pré-capitalistas” em curso na América Latina significa a produção de um EIR ampliado nessas formações. Há que se considerar, nesse sentido, que, à medida que se desenvolve um processo histórico lento, no qual cada vez mais frações dessas populações são deslocadas para as cidades, há o aumento do EIR, já que a proletarização dessas populações dá-se por meio de sua transformação em EIR.

Além disso, como discorre Marini na *Dialéctica de la dependencia* [2008], apenas com a proletarização garante-se plenamente o regime de superexploração do trabalho. Neste texto, Marini escreve a respeito do processo histórico de proletarização a fim de demonstrar porque outras relações de trabalho constituem um obstáculo para a instituição do regime de superexploração do trabalho, cujas características apenas se

desenvolvem completamente quando há proletários à disposição do capital. Só quando há sujeitos “livres” e levados a vender sua força de trabalho é possível haver um regime no qual o preço dessa mercadoria é sistematicamente mantido abaixo de seu valor. O regime de trabalho escravo, por exemplo, é incompatível com a superexploração do trabalho, pois o que é mercadoria é o trabalhador, e não apenas a força de trabalho. Quando o que é mercadoria é a força de trabalho, deixa-se ao trabalhador o cuidado do tempo não produtivo, do ponto de vista capitalista; apropria-se apenas do tempo de sua existência utilizável na produção e possibilita-se, com isso, a remuneração abaixo do valor.

Sendo assim, considerando as questões acima explicitadas e tendo por base diversas passagens dos textos de Marini, bem como sua teoria mais ampla, é possível afirmar que, nas formações dependentes, além do movimento já descrito por Marx de diminuição relativa do capital variável e aumento do EIR, há também compressão do exército ativo de trabalhadores (concentração e centralização do capital peculiares), um regime de superexploração do trabalho e um aumento da produtividade que, nestas condições, junto a um lento processo de proletarização, redundam em um EIR ampliado. Esse EIR é, de acordo com o próprio movimento de acumulação de capital, parcialmente incorporado (e depois descartado) em regime de superexploração do trabalho no processo

produtivo. Logo, tal como veremos, enquanto uma das dinâmicas estabelecidas pelo EIR ampliado, há manutenção (ou recrudescimento) do regime de superexploração do trabalho, mesmo nos momentos em que há crescimento econômico e aumento do exército ativo de trabalhadores nas economias dependentes (e, talvez, principalmente nesses).

3. EIR ampliado e superexploração do trabalho

A existência de um EIR ampliado nas formações sociais dependentes possibilita e reproduz o regime de superexploração do trabalho que as caracteriza. E o faz a partir de uma série de dinâmicas estabelecidas por sua ação social. A ameaça à situação do exército ativo de trabalhadores e o debilitamento da capacidade reivindicativa da classe como um todo são algumas delas.

Em *El ciclo del capital en la economía dependiente* [1979], ao analisar a fase de acumulação e produção do ciclo do capital, Marini faz menção ao EIR como um elemento fundamental para que possa operar a superexploração, ou seja, como menciona, da existência do

[...] mecanismo fundamental mediante el cual el capital debilita la capacidad de los obreros para llevar adelante sus reivindicaciones: la creación de un ejército industrial de reserva, esa masa de obreros sobrantes no incorporados a la producción (de manera permanente o temporaria), que

presionan constantemente sobre el mercado de trabajo y amenazan la situación del sector empleado de la clase obrera. (MARINI, 1979, p. 50)

E acrescenta: “[...] Este [EIR] puede existir bajo forma abierta de desempleo, o disfrazada de subempleo; pero, en cualquier caso, es un ejército de reserva que merma la capacidad reivindicativa de la clase obrera y propicia la superexplotación de los trabajadores.” (*ibidem*, p. 50).

Há, nesse sentido, uma dinâmica política exercida pelo EIR nas formações dependentes, de forma a criar as condições de trabalho e de remuneração que as singulariza face a outras formações. É a pressão dos trabalhadores não ocupados, ou ocupados de maneira irregular, sobre o setor empregado da classe que propicia com que se mantenha o regime. Junto a essa pressão, o capital também recorre ao Estado a fim de estipular procedimentos que fazem com que a função cumprida pelo EIR seja mais eficaz, como é o caso da facilitação das demissões, contratações e recontrações ou, como elenca Marini (1979a), dentre outras medidas, a eliminação da estabilidade laboral, a supressão do direito de greve e a fixação de tetos salariais:

[...] al incidir en una estructura productiva basada en la superexplotación, el aumento de la productividad del trabajo conlleva la aceleración del crecimiento de ejército industrial de reserva, con lo que se viabiliza la presión del capital sobre las condiciones de trabajo y remuneración de los trabajadores. El hecho de que junto a ello

la burguesía recurra al Estado para doblar la resistencia obrera y hacer más efectiva la acción del ejército de reserva (eliminando, por ejemplo, la estabilidad laboral, fijando topes salariales, suprimiendo el derecho de huelga, etcétera) no modifica el problema, en sus términos esenciales. (MARINI, 1979a, pp.37-38).

A ditadura implantada no Brasil em 1964, por exemplo, foi eficaz nesse sentido. Marini, em *Las razones Del neodesarrollismo* [1978], cita a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como um mecanismo que facilitou a ação do EIR, ao permitir “maior rotatividade da mão de obra”:

[...] la dictadura militar se ha preocupado de hacer efectiva la existencia de la superpoblación obrera para el capital, facilitando y acelerando la rotatividad de la mano de obra. El mecanismo para esto ha sido el Fondo de Garantía de Tiempo de Servicio (FGTS), creado en 1967 [...]. Sin embargo, se trata de un instrumento legal que, al suprimir prácticamente la estabilidad del trabajador en el empleo, resume lo esencial de la política económica del subimperialismo: crear mejores condiciones para la superexplotación del trabajo, al agilizar la acción del ejército industrial de reserva, y favorecer la centralización del capital [...]. (MARINI, 1978, pp. 87-88).

E sintetiza: “Al promover la rotatividad de la mano de obra, el FGTS expande el ejército industrial de reserva bajo su forma flotante y actúa directamente sobre el nivel salarial” (*ibidem*, p. 88).

Com o FGTS, foi possível, portanto, que as empresas dispensassem os trabalhadores na véspera das demissões coletivas e os readmitssem depois, ou contratassem novos, por salários mais baixos que os estabelecidos no acordo salarial. Além disso, as indenizações por tempo de serviço que os trabalhadores passaram a receber no regime do FGTS eram menores do que as que recebiam pelo mesmo tempo no regime anterior. A rotatividade propiciada pelo novo regime também influi, indiretamente, no nível salarial, pois desorganizou os trabalhadores, privilegiando os novos em detrimento dos mais antigos, cuja taxa de sindicalização, por exemplo, era maior.

A pressão do EIR ampliado também influi sobre o nível dos salários e possibilita que sejam reduzidos ou instituídos salários mínimos abaixo do valor da força de trabalho. Em *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* [1977], Marini observa que a participação dos soldos e salários dos operários no valor agregado do setor manufatureiro é no Brasil a metade do que representa nos Estados Unidos e Inglaterra. Em *Las razones Del neodesarrollismo* [1978], ele chega a afirmar que a ditadura militar brasileira teria, inclusive, fixado o salário real por debaixo do valor da força de trabalho:

Sobre la tasa de efectividad del ejército industrial de reserva y apelando a mecanismos coercitivos (como la política oficial de contención salarial y la represión policíaca), la dictadura militar ha

viabilizado la tendencia del capitalismo brasileño a la fijación del salario real por debajo del valor de la fuerza de trabajo. (MARINI, 1978, p. 89)

O EIR ampliado, portanto, atua de forma a sustentar o regime de superexploração do trabalho, garantindo a tendência de explorar ao máximo a força de trabalho do setor ocupado da classe ao mesmo tempo em que possibilita a reposição dessa força de trabalho e permite a fixação de seu preço por debaixo do valor. Resume Marini, em Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital:

los mecanismos económicos que engendran la superexplotación y que la refuerzan, en particular el crecimiento del ejército industrial de reserva, actúan naturalmente en el sentido de elevar la cuota de plusvalía y crean, además, a nivel político, condiciones para que los trabajadores sufran presiones que van en el mismo sentido. (MARINI, 1979a, p.33)

A ação do EIR ampliado observa-se, em especial, nos momentos em que há maior incorporação de suas camadas ao exército ativo de trabalhadores, como é o caso dos períodos em que a acumulação de capital está em ritmo acelerado e emprega-se mais força de trabalho no processo produtivo. Marini (1977) analisa o período compreendido entre 1956 e 1974 no Brasil, em que houve aumento do número de trabalhadores empregados – em particular dos que recebiam até um salário mínimo – e demonstra que, junto a esse aumento, houve decrescimento

do valor do salário real. Ou seja, a incorporação do EIR deu-se com redução de salários reais, mesmo no período do denominado “milagre econômico” brasileiro, entre 1968 e 1973. O EIR ampliado garante, nesse sentido, a incorporação de mais força de trabalho sem alterar o regime de superexploração do trabalho.

No capítulo já citado de *O Capital*, Marx analisa a relação estabelecida entre o capital, a quantidade ocupada da classe trabalhadora e os salários, de acordo com o aumento ou não da composição do capital. Supondo uma composição constante, Marx afirma a possibilidade de um incremento salarial dada uma relativa escassez de força de trabalho advinda de um incremento da acumulação. Mais uma vez, no entanto, não é a oferta de trabalhadores disponíveis que determina o nível dos salários, mas, sim, o próprio movimento do capital que, em sua etapa expansiva, provoca uma escassez de força de trabalho (e aumento salarial) e, em sua etapa de contração e diminuição, um excesso de força de trabalho (e, conseqüentemente, um descenso nos salários). Contudo, o movimento da acumulação de capital, mesmo que em períodos breves, é atrapalhado por uma escassez relativa de força de trabalho e aumento dos gastos com salários. É a formação e a reprodução de um EIR, criados no próprio movimento de acumulação do capital e no aumento de sua composição orgânica, que permite ao capital não depender do crescimento “natural” da

classe trabalhadora para aumentar o exército de operários em atividade. O EIR garante o aumento do exército ativo, a incorporação de mais braços no sistema produtivo, ao manter uma camada de trabalhadores disponíveis e evitar a escassez de força de trabalho nos momentos de expansão.

No caso das economias dependentes, a existência de um EIR ampliado implica numa quase completa independência entre os movimentos da acumulação e as condições de salário decorrentes desse movimento, ou seja, em uma expressão limite da lei geral de acumulação formulada por Marx. A incorporação de maiores parcelas do EIR, mesmo nos ciclos expansivos do capital, e o conseqüente aumento do exército ativo não implicam em alteração nos níveis salariais. Essas variáveis são relativamente independentes nessas formações, tal como foi verificado nos períodos acima exemplificados. Mediado pelo EIR ampliado, o processo de acumulação não altera os salários. Considerando, com Marini (2008), que a acumulação nas economias dependentes depende mais do aumento da massa de valor do que da taxa de mais-valia, mais uma vez, assim, demonstra-se que a dinâmica da acumulação nessas formações sociais pouco se relaciona com o nível dos salários, mantidos, em regra, em condições de superexploração do trabalho (abaixo do valor da força de trabalho).

Marini credita que a singularidade com que se apresenta o capitalismo dependente deve-se à forma particular como incide neste a lei geral de acumulação, tendo as contradições do modo de produção capitalista acirradas ao seu limite. A formação e a reprodução do EIR ampliado, isto é, de um EIR com características específicas das formações dependentes, tal qual descrito no texto, portanto, expressam essas contradições na base do regime que as fundamenta.

Bibliografia

- AMARAL, Marisa & CARCANHOLO, Marcelo. "Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes", *Revista de Economia*, v. 34, n. especial, pp. 163-181, 2008.
- _____. "Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente". In: FERREIRA; OSORIO & LUCE (orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BORGES NETO, João. "Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual", *Crítica Marxista*, n.33, pp.83-104, 2011.
- CARDOSO, Fernando H. "Comentario sobre los conceptos de sobrepoblación relativa y marginalidad" [1970]. In: NUN, J. *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires: FCE, 2001.
- CARDOSO, Fernando H. & SERRA, José. "As desventuras da dialética da dependência", *Estudos CEBRAP*, número 23, 1978.
- CASTRO, Nadya A. *Ejército de reserva: su especificidad y comportamiento político en el desarrollo del capitalismo en Brasil*. Tesis al grado de Doctor en Sociología, UNAM, 1983.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENTREVISTA com Nadya Araujo Guimarães. RELET, Ano 19, nº 32, 2014, 213-252.
- FELIX, Gil. *Trabalho, mobilidade, circulação: a força de trabalho em movimento*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2016.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI Editores, 1974.

_____. “Dialéctica de la dependencia”[1973]. In: *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: Siglo del Hombre/Clacso, 2008.

_____. “En torno a Dialéctica de la dependencia (*postscriptum*)”[1973]. In: *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: Siglo del Hombre/Clacso, 2008a.

_____. “La reforma agraria en América Latina (Comentarios a la intervención de Michel Gutelman)”, *Cuadernos Agrarios*, n. 4, México, octubre-diciembre de 1976. Disponible en: http://www.marini-escritos.unam.mx/281_reforma_agraria.html

_____. “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo”, *Cuadernos Políticos*, número 12, abril-junio de 1977.

_____. “Estado y crisis en Brasil”, *Cuadernos Políticos*, número 13, julio-septiembre de 1977a.

_____. “Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra)”, *Revista Mexicana de Sociología*, Año XL, vol. XL, número extraordinario, 1978.

_____. “El ciclo del capital en la economía dependiente”. In: OSWALD (coord). *Mercado y dependencia*. México: Nueva Imagen, 1979.

_____. “Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital”, *Cuadernos Políticos*, número 20, abril-junio de 1979a.

_____. “Elementos para un balance histórico de treinta años de izquierda revolucionaria en América Latina”[1989]. In: *El Maestro en rojo y negro*. Quito: Editorial IAEN, 2012.

_____. “Memória”. s/d. Fonte: Arquivo de Ruy Mauro Marini. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_marini_port.html

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

NUN, José. “La teoría de la masa marginal”[1969]. In: *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires: FCE, 2001.

OSORIO, Jaime. “Acumulación y ejército industrial de reserva en las economías dependientes”. In: OSWALD (coord.). *Mercado y dependencia*. México: Nueva Imagen, 1979.

PRADO, Fernando. “A história do não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil”, *Comunicação & Política*, vol. 29, n. 2, 2011, pp.68-94.